

Associado pode baixar o aplicativo do SINPEEM no celular

Página 10

Portaria altera o prazo para a entrega da Declaração de Família

Página 11

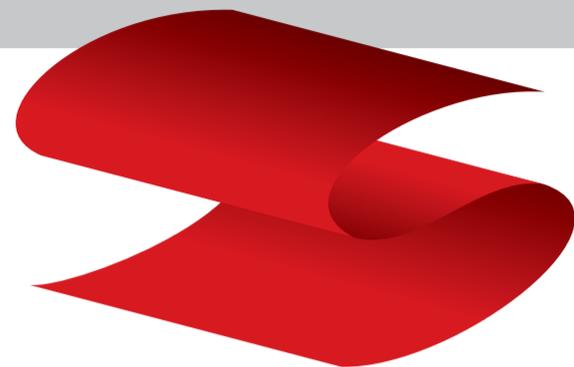
Pagamento dos dias parados é conquista do SINPEEM **Página 9**

ABRIL DE 2018 - ANO 22 - Nº 166 - FILIADO À CNTE, À CUT E AO DIEESE

JORNAL DO

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO
NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SINPEEM



SINPEEM: compromisso e luta em defesa dos direitos unem o funcionalismo



Derrotado, governo retira PL da pauta da Câmara por 120 dias

Após 20 dias de greve, ocorrida entre os dias 08 e 27 de março, em que milhares de docentes, gestores e Quadro de Apoio enfrentaram sol e chuva, participando de todas as manifestações/paralisações, assembleias e passeatas convocadas pelo SINPEEM, o governo Doria, primeiramente, retirou a contribuição suplementar de 1% a 5% para a Previdência, mantendo a elevação de 11% para 14%, para todos os ativos e aposentados, numa tentativa de desmobilizar o nosso movimento. Mesmo com este recuo, devido à força e atuação da nossa greve, o SINPEEM continuou firme na luta pela retirada do PL nº 621/2016, dando continuidade à greve, com milhares em fren-

te ao Legislativo e, no dia 27 de março, fez o governo e o presidente da Câmara reconhecerem que não tinham condições de aprovar o PL e anunciarem a retirada do projeto da pauta por pelo menos 120 dias. Vitória da luta. Vitória do SINPEEM. Diante desta decisão, a categoria deliberou, em assembleia, interromper a greve pelo mesmo período.

O SINPEEM participará da comissão que será formada pela Câmara para analisar a proposta, podendo mobilizar e convocar a categoria ao menor sinal de votação do PL. Não tem arrego!

Páginas 3 a 9

NÃO TEM ARREGO!

No período de 08 a 27 de março, somado ao dia 19 de fevereiro, realizamos uma das greves mais emblemáticas e importantes da categoria. O SINPEEM convocou e, nas oito manifestações realizadas em frente à Prefeitura, em frente à Câmara Municipal ou na avenida Paulista e em todas as passeatas conseguimos reunir milhares de profissionais de educação e servidores municipais das mais variadas categorias em luta.

Foram mais de 100 mil vozes que não se cansavam de dizer NÃO ao Projeto de Lei nº 621/Sampaprev, que aumenta a contribuição previdenciária para o Ipem; NÃO ao sucateamento dos serviços públicos; NÃO ao confisco dos salários.

Com cartazes, faixas, camisetas, balões, bandeiras e placas, a multidão de servidores – a maioria composta por profissionais de educação –, que trabalha para que a população tenha serviços públicos de qualidade, como educação, saúde, transporte, entre outros, repetia palavras de ordem que ecoavam pelas ruas da maior cidade do país, para defender os seus direitos, mesmo em momentos difíceis, em que tiveram de enfrentar a violência, usada para tentar calar e dispersar com balas de borracha, bombas de efeito moral e cassetetes quem protestava e reivindicava pacificamente.

Sempre primamos pela paz. Fomos às ruas usando como armas os nossos argumentos, para protestar contra um projeto inconstitucional e confiscatório, que prejudica todos os servidores municipais, ativos e aposentados, e por valorização profissional e defesa dos direitos.

Desde o início da greve o governo Doria dava sinais de que não retiraria o PL da Câmara Municipal e que teríamos uma difícil negociação. Persistimos com o nosso propósito de não permitir nenhum desconto a mais que os atuais 11% para o Ipem. E numa ação

articulada do presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, com o seu mandato de vereador, no trabalho de convencimento junto aos demais vereadores sobre o efeito nocivo do projeto para o funcionalismo, as mudanças foram aparecendo aos poucos.

O governo alterou o PL, retirando a complementação suplementar. Com a nossa presença e sem o apoio necessário de pelo menos 28 vereadores para aprovar sua proposta, se viu obrigado a retirar o projeto da pauta da Câmara por pelo menos 120 dias.

Uma importante vitória da categoria, que não aceita remendos, quer a retirada definitiva do PL, considerado inconstitucional inclusive pelo Tribunal de Contas do Município que, em seu relatório, não encontrou nenhum argumento do governo que justifique o aumento da contribuição previdenciária. Um ataque aos servidores, que compromete os serviços públicos prestados à população.

Com a retirada do PL da pauta da Câmara, a categoria decidiu interromper a greve por igual período. Porém, antes dessa deliberação, conseguimos a garantia da SME de pagamento de todos os dias parados, para todos, mediante reposição, compromisso que, historicamente, assumimos não com o governo, mas com a população, que sempre tem nos apoiado em nossos movimentos.

Suspendemos a greve, mas continuamos em alerta, porque, ao menor sinal de que o projeto será colocado em votação, voltaremos às ruas com força total, para lutar por nossos direitos.

**NÃO TEM ARREGO!
JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES!**

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-000 - Luz - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br – e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br – imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente ----- Claudio Fonseca
Vice-presidente ----- José Donizete Fernandes
Secretário-geral ----- Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral ----- Renato Rodrigues dos Santos
Secretária de Finanças ----- Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças ----- Cleonice Helena Oliveira da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio ----- Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação ----- Lílian Maria Pacheco
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação ----- Janaina Nardocci
Secretária de Assuntos Jurídicos ----- Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos ----- Ariana Matos Gonçalves
Secretária de Formação ----- Patrícia Pimenta Furbino
Vice-secretário de Formação ----- Gabriel Vicente França
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais ----- Laura de Carvalho Cymbalista
Secretário de Política Sindical ----- João Baptista Nazareth Júnior
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio ----- José Corsino da Costa
Vice-secretária de Assuntos do Quadro de Apoio ----- Denise Assis da Silva
Secretária de Seguridade Social/Aposentados ----- Cleusa Maria Marques
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora ----- Luzinete Josefa da Rocha
Secretária de Políticas Sociais ----- Lourdes Quadros Alves
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador ----- Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização Regional ----- Eliazar Alves Varela

DIRETORES REGIONAIS

Camila Santo Lisboa - Célia Cordeiro da Costa
Clóvis dos Santos Costa Júnior - Dimitri Aurélio da Silveira
Lucas Antonio Nizuma Simabukulo - Maria Aparecida Freitas Sales
Michele Rosa Oliveira - Nelice Isabel Fonseca Pompeu
Priscila Pita - Raquel Macedo de Lima
Ricardo Cardoso de Moraes - Valéria de Jesus Silva
Vitória Keiko Vassoler



Jornalista responsável: Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves – 60 mil exemplares

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

TABELAS DE VENCIMENTOS DE NOVEMBRO DE 2017 DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO (QPE) DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

*REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à Educação - Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	1.227,97	1.307,79	1.392,78	1.483,28	1.579,73
QPE-02	1.307,79	1.392,78	1.483,28	1.579,73	1.682,43
QPE-03	1.392,78	1.483,28	1.579,73	1.682,43	1.791,75
QPE-04	1.483,28	1.579,73	1.682,43	1.791,75	1.908,20
QPE-05	1.579,73	1.682,43	1.791,75	1.908,20	2.032,28
QPE-06	1.682,43	1.791,75	1.908,20	2.032,28	2.164,36
*QPE-07	1.791,75	1.908,20	2.032,28	2.164,36	2.305,07
*QPE-08	1.908,20	2.032,28	2.164,36	2.305,07	2.454,85
*QPE-09	2.032,28	2.164,36	2.305,07	2.454,85	2.614,44
*QPE-10	2.164,36	2.305,07	2.454,85	2.614,44	2.784,41
*QPE-11	2.305,07	2.454,85	2.614,44	2.784,41	2.965,39
*QPE-12	2.454,85	2.614,44	2.784,41	2.965,39	3.158,12
*QPE-13	2.614,44	2.784,41	2.965,39	3.158,12	3.363,41
*QPE-14	2.784,41	2.965,39	3.158,12	3.363,41	3.582,00
JB - 20 horas/aula					
QPE-11	1.366,34	1.455,16	1.594,73	1.650,60	1.757,85
QPE-12	1.455,16	1.594,73	1.650,60	1.757,85	1.872,05
QPE-13	1.594,73	1.650,60	1.757,85	1.872,05	1.993,63
QPE-14	1.650,60	1.757,85	1.872,05	1.993,63	2.123,31
QPE-15	1.757,85	1.872,05	1.993,63	2.123,31	2.261,33
QPE-16	1.872,05	1.993,63	2.123,31	2.261,33	2.408,45
QPE-17	1.993,63	2.123,31	2.261,33	2.408,45	2.564,82
QPE-18	2.123,31	2.261,33	2.408,45	2.564,82	2.731,67
QPE-19	2.261,33	2.408,45	2.564,82	2.731,67	2.909,30
QPE-20	2.408,45	2.564,82	2.731,67	2.909,30	3.098,41
QPE-21	2.564,82	2.731,67	2.909,30	3.098,41	3.299,64
QPE-22	2.731,67	2.909,30	3.098,41	3.299,64	3.514,10
QPE-23	2.909,30	3.098,41	3.299,64	3.514,10	3.742,53
JBD - 30 horas/aula - Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	2.049,56	2.182,90	2.324,73	2.475,85	2.636,79
QPE-12	2.182,90	2.324,73	2.475,85	2.636,79	2.808,14
QPE-13	2.324,73	2.475,85	2.636,79	2.808,14	2.990,65
QPE-14	2.475,85	2.636,79	2.808,14	2.990,65	3.185,08
QPE-15	2.636,79	2.808,14	2.990,65	3.185,08	3.392,02
QPE-16	2.808,14	2.990,65	3.185,08	3.392,02	3.612,54
QPE-17	2.990,65	3.185,08	3.392,02	3.612,54	3.847,49
QPE-18	3.185,08	3.392,02	3.612,54	3.847,49	4.097,59
QPE-19	3.392,02	3.612,54	3.847,49	4.097,59	4.363,87
QPE-20	3.612,54	3.847,49	4.097,59	4.363,87	4.647,35
QPE-21	3.847,49	4.097,59	4.363,87	4.647,35	4.949,62
QPE-22	4.097,59	4.363,87	4.647,35	4.949,62	5.271,33
QPE-23	4.363,87	4.647,35	4.949,62	5.271,33	5.613,97
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
**QPE-11	2.732,69	2.910,31	3.099,50	3.301,18	3.515,62
**QPE-12	2.910,31	3.099,50	3.301,18	3.515,62	3.744,04
**QPE-13	3.099,50	3.301,18	3.515,62	3.744,04	3.987,28
**QPE-14	3.301,18	3.515,62	3.744,04	3.987,28	4.246,57
**QPE-15	3.515,62	3.744,04	3.987,28	4.246,57	4.522,61
**QPE-16	3.744,04	3.987,28	4.246,57	4.522,61	4.816,91
**QPE-17	3.987,28	4.246,57	4.522,61	4.816,91	5.129,63
**QPE-18	4.246,57	4.522,61	4.816,91	5.129,63	5.463,29
**QPE-19	4.522,61	4.816,91	5.129,63	5.463,29	5.818,58
**QPE-20	4.816,91	5.129,63	5.463,29	5.818,58	6.196,87
**QPE-21	5.129,63	5.463,29	5.818,58	6.196,87	6.599,24
**QPE-22	5.463,29	5.818,58	6.196,87	6.599,24	7.028,20
**QPE-23	5.818,58	6.196,87	6.599,24	7.028,20	7.485,03
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	3.643,72	3.880,63	4.132,97	4.401,47	4.687,68
QPE-12	3.880,63	4.132,97	4.401,47	4.687,68	4.992,20
QPE-13	4.132,97	4.401,47	4.687,68	4.992,20	5.316,73
QPE-14	4.401,47	4.687,68	4.992,20	5.316,73	5.662,22
QPE-15	4.687,68	4.992,20	5.316,73	5.662,22	6.030,38
QPE-16	4.992,20	5.316,73	5.662,22	6.030,38	6.422,46
QPE-17	5.316,73	5.662,22	6.030,38	6.422,46	6.839,87
QPE-18	5.662,22	6.030,38	6.422,46	6.839,87	7.284,44
QPE-19	6.030,38	6.422,46	6.839,87	7.284,44	7.757,89
QPE-20	6.422,46	6.839,87	7.284,44	7.757,89	8.262,24
QPE-21	6.839,87	7.284,44	7.757,89	8.262,24	8.799,18
QPE-22	7.284,44	7.757,89	8.262,24	8.799,18	9.371,25
QPE-23	7.757,89	8.262,24	8.799,18	9.371,25	9.980,39
QPE-24	8.262,24	8.799,18	9.371,25	9.980,39	10.629,11
J-40 horas / agentes de apoio e vigias					
B-1				755,14	
B-2				804,30	
B-3				856,53	
B-4				912,18	
B-5				971,51	
B-6				1.034,64	
B-7				1.101,89	
B-8				1.173,55	
B-9				1.249,77	
B-10				1.331,07	

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs ** Corresponde à tabela de vencimentos dos PEIs

Observação: tabela com a aplicação de 3,7160% em novembro, sobre todos os padrões de vencimentos do QPE.

Nossa união e rebeldia derrotam a prepotência do prefeito Doria

Mais uma vez está provado que a luta vale a pena. Que a união da categoria em defesa dos seus direitos e reivindicações e contra injustiças e tentativas de retirá-los foram fundamentais. Alcançamos uma importante vitória contra a prepotência, arrogância e intolerância do governo Doria.

Após 20 dias de greve, a pressão da categoria, fez os vereadores cederem e o Projeto de Lei nº 621/2016, do governo Doria, que prevê o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% e cria o Regime de Previdência Complementar (RPC)/Sampaprev na Prefeitura de São Paulo, foi retirado da pauta da Câmara Municipal por 120 dias.

Apesar de o governo não ter retirado o PL da Câmara, conseguimos impedir, até o momento, o confisco dos salários de mais de 200 mil servidores municipais, sob a alegação de rombo na Previdência, que já estaria afetando serviços públicos como educação, saúde, transporte, entre outros.

Para alcançarmos este resultado foram realizadas oito manifestações/paralisações, assembleias e passeatas, que levaram milhares de profissionais de educação e ser-



No 28º Congresso delegados aprovaram a convocação de greve, caso os governos colocassem as reformas em votação

Fotos: Fernando Cardozo

vidores das mais variadas categorias para as ruas, em grandes atos em frente à Prefeitura e à Câmara Municipal, que disseram não ao confisco dos salários, não ao ataque aos direitos previdenciários, não ao desmonte dos serviços públicos. Afinal, os servidores não podem assumir a responsabilidade de algo que foi causado pela má administração dos recursos públicos.

Primeira proposta de reforma foi apresentada por Haddad, em 2015

Em 2015, o ex-prefeito Haddad enviou para a Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 558, que previa a criação do Regime de Previdência Complementar/Sampaprev na Prefeitura de São Paulo e a fixação do teto do INSS como valor máximo de aposentaria para os servidores que ingressassem na Prefeitura a partir da aprovação da lei.

O posicionamento da categoria, contrário ao projeto, foi ratificado no Congresso do SINPEEM, quando incluímos em nossa pauta de reivindicações a luta contra a Sampaprev.

Não à reforma de Temer e à Sampaprev



Categoria foi às ruas para lutar contra as reformas dos governos federal e municipal

Em 2016, iniciamos o ano debatendo a proposta de reforma da Previdência, deixando claro, desde as primeiras reuniões de representantes, sindicais e do Conselho Geral, que não aceitaríamos o desmonte dos direitos previdenciários.

O SINPEEM mobilizou os profissionais de educação, que decidiram participar da Jornada Nacional de Luta, convocada pelo movimento sindical de forma unitária, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287, e outras reformas do governo federal, além da luta contra a reforma da Previdência municipal. Também participou dos movimentos realizados nos meses de agosto e setembro, com caravana a Brasília e grandes manifestações em São Paulo.

Com a pressão feita pelo SINPEEM, levando mais de 20 mil às ruas, para protestar contra os ataques dos governos federal e municipal, pela manutenção e ampliação dos direitos da categoria e dos demais servidores municipais, Haddad recuou e retirou o PL da Câmara, como forma de desmobilizar os trabalhadores.

2016 - Haddad reapresentou projeto ao apagar das luzes

Em 2016 realizamos várias manifestações (foto) contra a reforma de Temer e para impedir que o Executivo apresentasse um novo projeto dispondo sobre a criação do Regime de Previdência Complementar/Sampaprev.

No entanto, em dezembro, para a surpresa de todos, no apagar das luzes de seu governo, o ex-prefeito Haddad reapresentou a proposta de reforma da Previdência municipal à Câmara, que recebeu o nº 621, com o mesmo teor, deixando o problema para o seu sucessor.



Graça Donegati

2017 - SINPEEM cumpre o seu papel como sindicato independente e de luta, em defesa da educação, de seus profissionais e dos serviços públicos



Sindicato realizou grandes manifestações e uma greve que durou 17 dias

Diante do ataque aos direitos previdenciários, não só dos profissionais de educação, mas de todos os servidores municipais e dos trabalhadores da iniciativa privada, para demonstrar a insatisfação com as medidas pretendidas pelos governos federal e municipal,

encabeçadas pelas reformas da Previdência e trabalhista e a criação da Sampaprev, atendendo à convocação das centrais sindicais, a categoria realizou 17 dias de greve, no período de 15 a 31 de março, com sete paralisações/manifestações e seis assembleias, mobili-

zando milhares de profissionais de educação.

O SINPEEM também participou da greve geral de 28 de abril, convocada pela CUT e outras centrais sindicais.

Em outubro, durante o 28º Congresso, foi deliberada por ampla maioria dos delegados, que a Diretoria do sindicato deveria decretar greve a qualquer sinal de votação da reforma da Previdência, de Temer, ou da Sampaprev, de Doria.

Em 10 de novembro e 05 de dezembro, o SINPEEM, novamente, atendendo à convocação das centrais sindicais, levou milhares às ruas.

A forte pressão e mobilização dos trabalhadores fizeram com que o governo Temer admitisse alterações ao texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, que dispõe

sobre a reforma da Previdência.

PL de Doria: confisco de salários e Previdência complementar

Em São Paulo, no dia 18 de dezembro, sob a alegação de combate ao déficit previdenciário e de privilégios de servidores, sem dizer nem demonstrar quem são os servidores privilegiados e sequer esclarecer a origem do suposto rombo nas finanças da Previdência municipal e seus reais causadores, Doria apresentou medida aditiva ao projeto e, o que já era ruim, ficou ainda pior.

O prefeito incluiu no PL o aumento da alíquota de contribuição previdenciária para o Iprem, de 11% para 14%, e a criação de uma contribuição suplementar, de 1% a 5%, escalonada de acordo o salário do servidor.

Reforma da Previdência municipal - entenda como ficou a proposta do governo

Como funciona atualmente	Projeto de Lei nº 558/2015, apresentado por Haddad	Projeto de Lei nº 621/2016, reapresentado por Haddad	Medida aditiva ao PL, apresentada por Doria em dezembro de 2017	Substitutivo ao PL apresentado por Doria em março de 2018
<ul style="list-style-type: none"> - servidores = 11% - Prefeitura = 22% - Regime de Próprio de Previdência Social (RPPS) 	<ul style="list-style-type: none"> - cria o Regime de Previdência Complementar/Sampaprev - mantém o índice de contribuição - fixa o teto do INSS para as aposentadorias dos novos servidores 	<ul style="list-style-type: none"> - cria o Regime de Previdência Complementar/Sampaprev para quem ganha acima do teto da Previdência, hoje de R\$ 5.645,80 - mantém o índice de contribuição - fixa o teto do INSS para as aposentadorias dos novos servidores 	<ul style="list-style-type: none"> - cria o Regime de Previdência Complementar/Sampaprev - cria dois fundos - servidor = 14% - Prefeitura = 28% - cria contribuição suplementar de 1% a 5%, de acordo com o salário do servidor, podendo a contribuição para o Iprem chegar a 19% - securitização da dívida 	<ul style="list-style-type: none"> - cria o Regime de Previdência Complementar/Sampaprev - mantém a criação dos dois fundos - servidor = 14% - Prefeitura = 28% - retira a contribuição suplementar - retira a securitização da dívida - reestrutura o Iprem, com melhorias na governança do instituto e com o corte parcial dos cargos de livre provimento

2018 - SINPEEM: voz e ação para unir os servidores contra a Sampaprev

Com o perigo da aprovação das reformas pretendidas pelos governos federal e municipal, 2018 teve início apontando as dificuldades impostas aos profissionais de educação, aos demais servidores e trabalhadores em geral.

Diante da gravidade da situação, a Diretoria do SINPEEM alterou o calendário de atividades, convocando reunião ampliada, extraordinária, do Conselho Geral, em 03 de fevereiro. Na oportunidade, foi ratificada a deliberação do 28º Congresso e convocada greve para o dia 19 de fevereiro, data até então prevista para a votação, no Congresso Nacional, da reforma da Previdência de Temer.

Após manifestação, também contra o PL nº 621/2016, acrescido da medida aditiva apresentada por Doria, que previa o aumento da contribuição previdenciária, de 11% para 14%, a criação da contribuição suplementar de 1% a 5% (elevando a contribuição para até 19%), para todos os servidores, ativos e aposentados, a categoria decidiu, em assembleia, decretar greve contra o Regime de Previdência Complementar/Sampaprev a partir do dia 08 de março, por tempo indeterminado.



Fotos: Fernando Cardozo

Greve teve início em 08 de março, Dia Internacional da Mulher, com manifestação em frente à Prefeitura

Doria diz que tem maioria na Câmara. Nossa resposta: **100 mil vozes nas ruas**

O governo Doria colocou pressão sobre a Câmara Municipal para acelerar a votação do Projeto de Lei nº 621/2016 e assim promover a reforma da Previdência municipal. Divulgou amplamente na imprensa a necessidade urgente das mudanças para, segundo o prefeito, estancar o rombo no Ipem que, em 2017, segundo ele, teria chegado a R\$ 4,7 bilhões e já estaria afetando áreas como educação, saúde e segurança. Mesmo que para atingir seus objetivos a Prefeitura tivesse de confiscar os salários dos servidores municipais.

A resposta dos profissionais de educação e de servidores de diversas categorias foi imediata.

Educação: 96% das escolas participam da greve



O SINPEEM convocou e os profissionais de educação pelo menos 96% das unidades escolares da rede municipal de ensino aderiram à greve, em 08 de março.

Em frente à Prefeitura, mais de 100 mil vozes disseram NÃO à insistência do prefeito Doria em aprovar a reforma da Previdência municipal até o dia 06 de abril, ou seja, antes de sua saída da Prefeitura para concorrer ao governo do Estado.

Com palavras de ordem, mandaram recado ao prefeito de que não aceitariam pagar nenhum centavo a mais que os atuais 11% para o Ipem. E, em assembleia, decidiram manter a greve e realizar nova manifestação e assembleia em 15 de março.

Reunião da CCJ: SINPEEM repudia violência contra a educação e os educadores



Reunião da CCJ, para votar o parecer de legalidade e constitucionalidade do PL nº 621, foi tensa

Greça Donegati

Para ser instruído e levado à votação em plenário pelos 55 vereadores, o PL nº 621/2016 tem de passar pelas Comissões Permanentes da Câmara de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ), que dá parecer sobre a legalidade de constitucionalidade da proposta; de Administração Pública, de Saúde e de Finanças e Orçamento.

Agendada para o dia 14 de março, a categoria não teve dúvida e marcou presença em frente à

Câmara Municipal para acompanhar a reunião da CCJ.

Mas o dia foi marcado pela truculência das polícias civil e militar contra os servidores, tanto no Salão Nobre, onde ocorria a reunião, como do lado de fora, com o uso de bombas de efeito moral e balas de borracha.

Como saldo, vários manifestantes foram feridos, simplesmente por estarem exercendo o direito de se oporem ao confisco de parte de seus salários e pedir aos vereadores

e ao governo para que retirassem o projeto de lei da pauta de votação. Tudo para aprovar uma lei inconstitucional e confiscatória.

E, mesmo com os insistentes pedidos dos manifestantes e dos vereadores Claudio Fonseca, presidente do SINPEEM; Celso Jatene e José Reis, para que o PL fosse retirado, o parecer apresentado pelo vereador relator Caio Miranda foi votado e aprovado por seis votos favoráveis e três votos contrários.

Servidores respondem: NÃO TEM ARREGO!



Fernando Cardozo

Numa greve histórica, tendo o SINPEEM à frente das mobilizações, a resposta dos docentes, gestores, Quadro de Apoio e outros servidores municipais veio imediatamente, com a continuidade da greve.

Sem se intimidarem com a violência do dia anterior, novamente, em 15 de março, mais de 100 mil

tomaram a frente da Câmara, para acompanhar a audiência pública realizada para discutir o projeto.

“Não tem arrego” eram palavras de ordem no Salão Nobre da Câmara – onde os servidores foram recepcionados por dezenas de policiais – e do lado de fora do Legislativo.

OPINIÃO

“Estou orgulhosa dos professores e triste com a imprensa que, muitas vezes, mede todos pela mesma régua e nos colocam como bandidos.”

Cida Souza, professora

“Machucaram professores. Estou indignada, porque queremos apenas a retirada do PL. Enquanto estão agredindo professores, a educação vai por água abaixo.”

Eliana Santos Silva, professora

Estávamos exercendo o nosso direito de reivindicar e fecharam as portas da ‘Casa do Povo’ para o povo. Servidor não é vagabundo, é cidadão.”

Edeli Gonçalves, professora

“No dia 14 de março houve excesso da polícia. Enquanto nós tínhamos bandeiras nas mãos para protestar, a polícia tinha bombas e cassetetes para nos atacar.”

Mara Cristina Veneziano, supervisora escolar

“Não podemos permitir tamanha violência, sem motivos, contra os profissionais de educação e os outros servidores que estão lutando para manter os seus direitos.”

Regina Souza Tenório, professora

“Estamos na luta pela manutenção de direitos que conquistamos inclusive com greves. Infelizmente, muita gente se infiltra no meio das manifestações e provoca tumulto.”

Isabel Cristina Soares Sechi, professora

“Estamos nos sentindo ameaçados, porque quando mexem com os nossos direitos estão mexendo com os nossos projetos de vida. Temos de continuar lutando para impedir esta afronta.”

Ieda Mara Oliveira Balbino, professora

“Espero que a categoria se una cada vez mais para barrar todas as medidas que a Prefeitura quer impor para nos prejudicar. Não podemos nos intimidar. Precisamos manter a nossa luta.”

Anália Celestino dos Santos, professora

“O que aconteceu em frente à Câmara, foi uma violência totalmente descabida, sem necessidade, contra os servidores que só estão lutando contra um projeto que prejudica todo o funcionalismo municipal.”

José Carlos Santos, professor

“Este projeto é uma afronta aos servidores. Enquanto o prefeito quer nos atingir, muitas escolas estão funcionando em estado precário e os professores não têm autonomia para trabalhar.”

Thiago Alves, auxiliar técnico de educação

“Houve falta de diálogo e truculência por parte do governo Doria. Queremos a retirada do PL da Câmara Municipal e, por isso, temos de nos manter mobilizados e em alerta.”

Anderson Guedes, professor

Pais, alunos e a população se juntam aos servidores em grandes manifestações pacíficas

No dia 20 de março, pais, mães e alunos se somaram ao coro de mais de 100 mil vozes, em apoio à luta dos servidores, em defesa de educação, saúde e transporte de qualidade, com a realização de grandes manifestações e passeatas, mostrando para toda a sociedade e ao governo que a luta deve e pode ser feita nas ruas, de forma organizada e pacífica.

A força do movimento fez com que o governo Doria não conseguisse incluir o PL na pauta de votação na Câmara. No entanto, o líder do governo anunciou que a intenção era colocar a proposta do governo em votação entre os dias 26 e 29 de março.

A resposta à decisão do governo Doria foi a aprovação da continuidade da GREVE. Nenhum centavo a mais de desconto previdenciário, pela retirada do PL nº 621 e em defesa dos serviços públicos com qualidade.



Fotos: Fernando Cardozo

22 de março: profissionais de educação se mantêm mobilizados pelo SINPEEM

Incansáveis, os profissionais de educação deram mais uma demonstração de força, provando que a união é fundamental, numa greve realizada para manter direitos previdenciários dos servidores municipais. E assim, o movimento só crescia e quando começavam as assembleias ou mesmo nas passeatas, o que se via, de longe, era um verdadeiro mar de gente, como ocorreu em 22 de março, quando saímos da Câmara e caminhamos até a avenida Paulista.

Sindicato pede liminar na Justiça contra propaganda enganosa de Doria

Para completar o descaso e a afronta ao funcionalismo municipal, no dia 22 de março, o governo Doria iniciou campanha publicitária na televisão, afirmando que o aumento a reforma da Previdência municipal é necessário para que a população tenha educação, saúde, habitação e segurança pública de qualidade. Ou seja, responsabilizando os servidores por algo que não fizeram, e que, na verdade, é fruto da má administração dos recursos públicos.

O Departamento Jurídico do SINPEEM entrou com pedido de liminar na Justiça contra esta propaganda enganosa e para que os recursos gastos nesta publicidade enganosa sejam revertidos à população na melhoria dos serviços públicos.

Avenida Paulista também foi palco da nossa luta

Um mar de gente voltou a tomar conta das ruas, desta vez na avenida Paulista, no dia 23 de março, dando continuidade ao nosso movimento contra o Projeto de Lei nº 621/2016.

O vão livre do Masp foi palco da sexta grande manifestação convocada pelo SINPEEM desde o início da greve da categoria, em 08 de março. Um grande ato, que contou com a participação da Aprofem, do Sindsep, da Fasp, de servidores de outras categorias, além de pais, alunos, representantes de movimentos sociais e da população em geral.

Em uma só voz, por unanimidade, todos ratificaram o posicionamento

contrário ao PL, que afronta os direitos de todos os servidores da Prefeitura de São Paulo.

Após a manifestação, todos saíram em caminhada até a Câmara Municipal.

Além de aumentar a contribuição previdenciária de 14% para 19%, o PL cria uma alíquota suplementar de contribuição, de 1% a 5%, vinculada ao salário do servidor; cria o Regime de Previdência Complementar/Sampaprev e estabelece, para os trabalhadores que ingressarem no serviço público a partir da aprovação da lei, o teto do INSS para aposentadoria, hoje de R\$ 5.645,80. Um verdadeiro confisco dos salários do funcionalismo.



26 de março: governo convoca entidades sindicais para reunião sobre o PL nº 621

Os primeiros efeitos da pressão dos servidores apareceram em reunião, convocada em publicação no DOC, com o SINPEEM e outras entidades sindicais, quando os secretários municipais da Fazenda e de Gestão deixaram claro que o governo Doria não iria retirar o Projeto de Lei nº 621/2016 da Câmara Municipal.

Porém, na tentativa de acabar com a greve e obter o apoio dos vereadores, o governo apresentou um projeto substitutivo ao PL nº 621. Entre as principais alterações, constam a retirada da contribuição suplementar de 1% a 5%, retirada da securitização da dívida; reestruturação do Ipem, com melhorias na governança do instituto e com o corte parcial dos cargos de livre provimento. Os secretários negaram que não houve negociação com o funcionalismo, afirmaram que o aumento da alíquota da contribuição previdenciária para o Ipem, de 11% para 14%, não é confisco. O governo também propôs aumento do piso dos servidores municipais condicionado à aprovação do PL.

Presidente do SINPEEM reafirma: nenhum centavo a mais de contribuição

Os representantes dos sindicatos abordaram vários aspectos negativos do PL e foram unânimes em se posicionarem contrários à reforma, reivindicando a retirada imediata do PL nº 621/2016 da Câmara.

O presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, fez considerações sobre o suposto déficit na Previdência – alegado pelo governo –, ratificou que os servidores não podem ser responsabilizados pela má administração dos recursos públicos e cobrou a apresentação de dados comparativos que justificassem o aumento da alíquota da Previdência.

O presidente lembrou que o PL nº 621 havia sido analisado pelo

Tribunal de Contas do Município (TCM) e também recebeu estudo da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo (CTEO).

A CTEO, ao analisar os cálculos financeiros, apontou que o aumento da alíquota da contribuição previdenciária, de 11% para 14%, apresenta pouco impacto atuarial, reduzindo o déficit em apenas 5,8%; enquanto as medidas de gestão no Ipem teriam impacto de 3,5%.

Já o TCM, reconhece a existência de déficit financeiro e atuarial, mas aponta que a reforma agrava as perdas salariais dos servidores. Afirma que não há justificativa para o aumento da contribuição de 11% para 14%, muito menos para a criação de uma alíquota suplementar, que considera inconstitucional e um confisco.

“Queremos que a Prefeitura apresente os seus cálculos, já que o governo garante que existe a necessidade de aumento da alíquota, porque a nossa posição é muito clara, desde 2015, quando esta proposta de reforma da Previdência foi apresentada pela primeira vez, no governo Haddad. Defendemos o regime próprio de previdência e único. Somos contra o RPC e não aceitamos nenhum acréscimo de desconto para o Ipem. Não queremos remendo. Queremos a retirada do projeto da Câmara. Esta é a nossa posição”, afirmou Fonseca.



“Defendemos o regime próprio de previdência e não aceitamos nenhum acréscimo de desconto para o Ipem”, disse Claudio Fonseca

queremos remendo. Queremos a retirada do projeto da Câmara. Esta é a nossa posição”, afirmou Fonseca.



Participaram da reunião convocada pelo governo o presidente Claudio Fonseca, a diretora Lourdes Quadros e Sebastião Eduardo de Lira, representando a base da categoria

Salário de abril poderia ser até 8% menor. Nossa luta impediu

Sem a luta organizada pelo SINPEEM e demais entidades do funcionalismo municipal, o projeto proposto pelo governo poderia ter sido aprovado pela Câmara, mesmo com a incisiva intervenção do vereador e presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, junto aos demais vereadores.

O resultado seria desastroso para a categoria, representando 8% a menos nos salários, a partir deste mês de abril, pois a proposta elevaria o desconto para o Ipem de 11% para 14%, mais a alíquota suplementar, de 1% a 5%, de acordo com salário do servidor, podendo o desconto total chegar a até 19%.

Um verdadeiro confisco, que foi evitado com a luta aguerrida dos servidores municipais, que mantiveram o movimento forte durante todo o período da greve, fazendo com que o projeto fosse retirado da pauta da Câmara por pelo menos 120 dias.

O perigo ainda existe e a nossa luta é pela retirada definitiva do PL.

27 de março: vitória da categoria!

Câmara retira PL da pauta por 120 dias e greve é suspensa pelo mesmo período

O governo tentou, insistiu, mas não conseguiu. No dia 27 de março, enquanto nas galerias do plenário lotadas os servidores pressionavam os vereadores para congelar a reforma da Previdência municipal, do lado de fora mais de 100 mil, que já haviam decidido em assembleia manter a greve contra a Sampaprev, acompanhavam a sessão da Câmara por áudio, atentos a todas as falas, sem arredar pé.

A massiva manifestação, combinada com a atuação do presidente do SINPEEM e vereador, Claudio Fonseca, que insistiu com os demais vereadores e o presidente da Câmara pela reprovação do projeto, inconstitucional e confiscatório, resultaram na retirada definitiva da alíquota suplementar de 1% a 5% e suspensão do projeto da pauta por 120 dias. Além da criação de uma comissão de estudos para discutir o projeto, composta por vereadores e representantes do governo e das entidades sindicais.

Uma importante vitória das 100 mil vozes que ecoaram nas ruas da cidade e em frente à Câmara Municipal, desde início da greve, em 08 de março.

Com esta decisão, o prefeito Doria ficou sem o seu troféu antes de deixar a Prefeitura, que queria apresentar aos eleitores em sua campanha para o governo do Estado.



Fotos: Fernando Cardozo

Pressão da categoria e de outros servidores, que eram milhares em frente à Câmara, faz governo recuar

Tentativa de manter o projeto começou no colégio de líderes dos partidos, antes da sessão

Antes das sessões, os líderes dos partidos se reúnem para definir a pauta de votação do dia, que será levada ao plenário.

Logo de início, antes mesmo que qualquer vereador tivesse a chance de falar sobre o PL nº 621/2016, o líder do governo na Câmara insistiu na urgência de inclusão do PL na pauta de votação. Mas o seu esforço foi em vão, porque outros vereadores se manifestaram contrários e solicitaram a retirada do projeto.

Diante da ausência de acordo entre os parlamentares, o presidente da Câmara teve de levar a votação sobre a inclusão ou não do PL na pauta para o plenário, onde o governo foi derrotado.

Categoria decide suspender a greve



Após a decisão da Câmara, em assembleia, por unanimidade, a categoria decidiu suspender a greve, por igual período, mantendo a posição contrária à Sampaprev e retomada da greve a qualquer tempo, pelo retirada definitiva do PL.

Pagamento dos dias parados é conquista do SINPEEM

A Secretaria Municipal de Educação publicou no DOC de 06 de abril, a Portaria nº 3.271, que dispõe sobre a reposição dos dias de ausência ao trabalho, em decorrência de participação de servidores nos movimentos de paralisação que afetaram as atividades dos CEIs, Cemeis, Emeis, , Emefms, Emebss e Ciejas da rede municipal de ensino.

Um importante conquista do SINPEEM. Antes de votar a suspensão da greve, no dia 27 de março, o presidente do sindicato tratou com o secretário municipal de Educação a garantia do pagamento dos dias de parados para todos e por todos os dias de greve.

Lembramos, também, que a reposição das aulas é um compromisso dos profissionais de educação não com o governo, mas com a população, que não se furtou em nos apoiar.

No entanto, apesar de o SINPEEM defender autonomia total da unidade escolar para organizar o calendário, a SME estabeleceu parâmetros e períodos definidos para a reposição.

Segundo a portaria, os profissionais de educação que se ausentaram de suas atividades para participar da greve da categoria contra o PL nº 621/Sampaprev de paralisação, realizada no dia 19 de fevereiro e no período de 08 a 27 de março terão essas ausências apontadas como frequência, mediante reposição de aulas/dias não trabalhados, contemplados em um plano de reposição.

Períodos para reposição

Caberá a cada unidade educacional elaborar seu plano de reposição, na seguinte conformidade:

I - utilizar as datas anteriormente previstas para Reuniões Pedagógicas e, nos casos das unidades de ensino fundamental, as Reuniões de Conselho de Classe para reposição de aulas e reprogramar as Reuniões Pedagógicas para os sábados;

II - utilizar o período referente à primeira semana do recesso escolar de julho, para reposição;

III - programar os demais dias de reposição de aulas aos sábados.

sinpeemcultural

Cantora Xenia França se apresentará em 28/04

No dia 28 de abril, a cantora Xenia França se apresentará no SINPEEM Cultural. O show terá início às 17 horas. As inscrições serão abertas a partir das 12h30 de 17 de abril, até o encerramento dos convites disponíveis.

A cantora iniciou sua carreira em 2007, cantando samba e clássicos da MPB na noite paulistana. Em seu trabalho, Xenia França traz à tona questões como a Bahia, a existência, a beleza e o poder da mulher negra, chamando-a para a autoaceitação e a afirmação desta identidade.

SERVIÇO

PÚBLICO-ALVO: docentes, gestores e Quadro de Apoio.

INSCRIÇÕES: a partir das 12h30 do dia 17/04/2018, até o encerramento dos convites disponíveis.

CONVITES LIMITADOS: cada associado tem direito a um acompanhante.

OBSERVAÇÃO: os associados devem estar no SINPEEM Cultural (avenida Santos Dumont, 560, Metrô Armênia) com, no mínimo, 30 minutos de antecedência.

Baixe e use o aplicativo do SINPEEM em seu celular

Os associados ao SINPEEM já podem baixar no celular o aplicativo do sindicato, disponível no Google Play e Apple Store. A plataforma permite o acesso a todas as informações sobre vida funcional, por meio das publicações no DOC; aos atestados, certificados de cursos, atualização cadastral, principais notícias, contato direto com o sindicato, envio de mensagens, entre outros serviços.

Para acessar o aplicativo, o associado deve utilizar a mesma senha da área restrita, usada no site do sindicato. Caso tenha perdido, poderá criar uma nova senha, que será utilizada nas duas plataformas. Basta seguir as instruções, passo a passo.

No caso de não conseguir se cadastrar para a geração de senha de acesso, o associado deve entrar em contato com a Secretaria do SINPEEM – telefone 3329-4516.



Prêmio Paulo Freire: inscrições abertas até 13 de julho

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal, entregue anualmente pela Câmara Municipal.

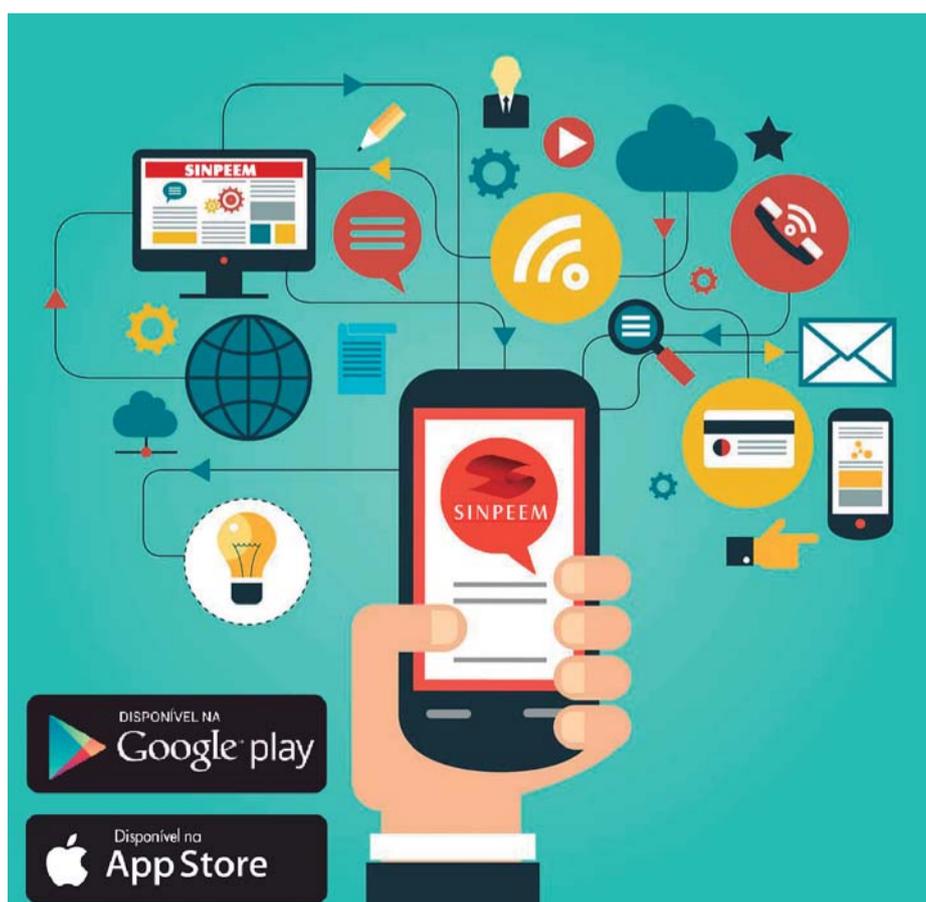
Criado em 1988, em homenagem à vida e ao trabalho do educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire, o prêmio, concedido aos projetos desenvolvidos por educadores da rede municipal de ensino de São Paulo, tem como finalidade valorizar iniciativas comprometidas com a melhoria do processo de ensino/aprendizagem.

Os projetos podem concorrer nas seguintes categorias:

- educação infantil;
- ensino fundamental I;
- ensino fundamental II e ensino médio; e
- educação de jovens e adultos.

As inscrições podem ser efetuadas até às 17 horas do dia 13 de julho de 2018 e devem ser entregues à Equipe de Eventos da Câmara Municipal de São Paulo – Viaduto Jacareí, 100 – 2º andar, Prédio Anexo, sala 217, Bela Vista – São Paulo – CEP 01319-900. Segundo o regulamento, não haverá prorrogação deste prazo.

O regulamento e todas as demais informações sobre o prêmio podem ser consultadas no site da Câmara Municipal (www.camara.sp.gov.br/premio-paulo-freire-2018)



■ ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Presidente faz balanço da greve



Em reunião do Núcleo dos Aposentados, realizada em 02 de abril, o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, fez um balanço da greve da categoria, realizada em 19 de fevereiro e entre os dias 08 e 27 de março, com a importante vitória dos mais de 100 mil profissionais de educação que participaram das manifestações/paralisações, assembleias e caminhadas.

Mas ele lembrou que esta é uma vitória temporária, já que o Projeto de Lei nº 621/2016, foi retirado da pauta da Câmara por 120 dias, mas o sindicato está atento, pois, ao menor sinal do governo de tentar colocar o PL em votação, a categoria será novamente mobilizada e decretará greve.

ENCONTRO EM IBIÚNA SERÁ NO DIA 07 DE JUNHO

O sindicato enviou carta aos aposentados comunicando que, no dia 07 de junho será realizado o Encontro Anual dos Aposentados, no SINPEEM Ibiúna Hotel, quando serão comemorados os aniversários do primeiro semestre deste ano.

As inscrições para o encontro devem ser feitas a partir das 10 horas de 15 de maio até o dia 31 de maio ou até o encerramento das vagas disponíveis (o que ocorrer primeiro), na sede do SINPEEM (avenida Santos Dumont, 596, Metrô Armênia), por telefone (Secretaria:

3329-4516) ou por e-mail (informes@sinpeem.com.br).

A taxa é de R\$ 70,00 por pessoa. Neste valor estão incluídos transporte, café da manhã, almoço e café da tarde.

O encontro é destinado, **EXCLUSIVAMENTE**, aos associados ao SINPEEM aposentados. Portanto, não será permitido levar acompanhantes (adultos ou crianças).

OBSERVAÇÕES

1 - A inscrição deve ser feito antes de efetuar o pagamento. O depósito da taxa de R\$ 70,00 - Banco Santander - agência 0243, conta corrente nº 13001194-6 -, deve ser feito somente após a confirmação de que está inscrito para o encontro, pela Secretaria do SINPEEM.

2 - O comprovante de depósito tem de ser enviado para o e-mail informes@sinpeem.com.br, com nome e RF, e deve ser apresentado no momento do embarque, às 7h, do Centro de Formação do SINPEEM (rua Guaporé, 240, Metrô Armênia).

3 - No caso de utilizar transporte próprio, tem de informar à Secretaria, no ato da inscrição, o modelo do veículo, placa, cor, quantos e quais os associados, também inscritos para o encontro, que o acompanharão.

Prazo para a entrega da Declaração de Família para ativos e aposentados é alterado para 31/05

Em 23 de dezembro de 2017, a Prefeitura publicou nas páginas 34 e 35 do DOC a Portaria nº 065, que dispõe sobre a obrigatoriedade da atualização da Declaração de Família, estabelecendo como prazo final para a entrega do documento dos servidores ativos o dia 30 de março de 2018. Na ocasião, para os aposentados, o Ipem publicou em sua página, no portal da Prefeitura na internet que estes servidores teriam até o dia 30 de junho para entregar a declaração.

No entanto, no dia 30 de março, foi publicada no DOC a Portaria 004, alterando as datas de entrega do documento, determinando como prazo único final para a entrega da Declaração de Família, dos servidores ativos e aposentados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, o dia 31 de maio de 2018.

Para preencher a Declaração acesse <http://previdencia.prefeitura.sp.gov.br/declaracaodefamilia>

EXCURSÕES

JUNHO DE 2018

LAVANDÁRIO COM GUARATINGUETÁ
E APARECIDA (SP)
09 E 10 (SÁBADO E DOMINGO)
Valor: a partir de 10 x R\$ 92,00

JULHO DE 2018

NACIONAIS

ILHÉUS (BA) - 08 A 15-07
Valor: a partir de 12 x R\$ 340,00

SALVADOR COM MORRO DE SÃO PAULO (BA)
08 A 15/07
Valor: a partir de 12 x R\$ 360,00

CALDAS NOVAS (GO) - 08 A 15/07
Valor: a partir de 12 x R\$ 280,00

FOZ DO IGUAÇU (PR) - 10 A 15/07
Valor: a partir de 12 x R\$ 320,00

FORTALEZA COM JERICOACOARA (CE)
14 A 21/07
Valor: a partir de 12 x R\$ 360,00

MACEIÓ (AL) - 14 A 21-07
Valor: a partir de 12 x R\$ 360,00

LENÇÓIS MARANHENSES (MA) - 15 A 22/07
Valor: a partir de 12 x R\$ 360,00

INTERNACIONAIS

MUNDO GERMÂNICO - ALEMANHA,
ÁUSTRIA E PRAGA - 06 A 22/07
Valor: a partir de 15 x US\$ 440,00

GRANDE TOUR DA ITÁLIA DE NORTE A SUL
06 A 22/07
Valor: a partir de 15 x US\$ 480,00

GRANDE TOUR DE PORTUGAL COM
ILHA DA MADEIRA - 07 A 21/07
Valor: a partir de 15 x US\$ 360,00

EUA - COSTA LESTE COM CHICAGO
24/07 A 06/08
Valor: a partir de 15 x US\$ 460,00

Consulte todas as opções
nacionais e internacionais no site

www.viagenshorizontes.com.br

As inscrições são feitas por ordem de chegada,
pessoalmente, na rua Marquês de Itu, 88 - sala 03
Metrô República - saída Caetano de Campos
FONE/FAX: 3221-3346

Veja a programação dos hotéis do SINPEEM e faça a sua inscrição

FERIADOS - IBIÚNA E PERUÍBE

Corpus Christi

Período: 31 de maio a 03 de junho - Inscrições: 23 a 27 de abril
Sorteio: 02 de maio - Pagamento: 07 a 11 de maio

Férias de julho

Períodos: 07 a 10 - 12 a 15 - 19 a 22 de julho - Inscrições: 21 a 25 de maio
Sorteio: 28 de maio - Pagamento: 04 a 08 de junho

FESTAS NO SINPEEM IBIÚNA HOTEL

13 de maio - Festa do Dia das Mães

Inscrições de 16 a 20 de abril

09, 16 e 24 de junho - Festa Junina

Inscrições de 14 a 18 de maio

12 de agosto - Festa do Dia dos Pais

Inscrições de 16 a 20 de julho

02 de setembro - Festa Mineira

Inscrições de 13 a 17 de agosto

10 de novembro - Festa do Interior

Inscrições de 22 a 26 de outubro

Mais informações 3329-4521 ou hoteis@sinpeem.com.br



Fernando Carobzo



REMETENTE:
Av. Santos Dumont, 596 - Luz
São Paulo - SP - Fone 3329-4500
CEP 01101-000

FECHAMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELA ECT

Mala Direta
Postal Especial
9912252003/2010-DR/SPM
SINPEEM
Correios

Para uso dos Correios

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico | |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

_____ responsável

